

## A nova consciência política do eleitor

Gabriel Rossi (\*)

*Na era da transparência e da responsabilidade, confiança e credibilidade precisam ser conquistadas*

A questão egóica inerente em boa parte de nossos políticos passa a ser cada vez mais mal vista. Precisam falar mais diretamente sobre benefícios, lifestyle, valores e contar boas e autênticas histórias. O sentido de liberdade mudou muito para esse novo eleitor. Ter carro, por exemplo, não é mais aspiracional. Liberdade está agora na experiência e não o que é físico.

Passa a ser mais difícil entender eleitores pelo perfil demográfico. Vivemos uma época marcada pelo fim dos estereótipos e da construção da identidade. O conceito de juventude, por exemplo, para de ser números. Idade de espírito é o termo da vez. A longevidade aliada a aceleração do mundo permite que os eleitores possam reconstruir quem são e suas vidas a qualquer momento.

O conceito de classe social também vem sofrendo deteriorações, isso está cada vez mais claro nos padrões de consumo (menos pautado pelas diferenças de classe e mais por afinidades e gostos pessoais) e consequentemente afeta a consciência do voto. A influência não vem mais apenas do topo da pirâmide. Ela flui por todos os lados. As pessoas se misturam e interagem muito mais.

Em suma: as mudanças tecnológicas e culturais não dão mais tempo para separar pessoas (eleitores) em gerações. Se faz necessário criar "clusters" através de conjuntos de hábitos, lifestyle. Isso representa um grande desafio para os institutos de pesquisas que precisarão se reinventar assim como deveria preocupar estrategistas de campanha que ainda não perceberam a macrotransição societal em curso.

O eleitor de 2018 vai querer que políticos saiam de cima do muro mas sem o "pé na porta". Com as redes sociais e tantas outras plataformas presentes no cotidiano das pessoas, "marcas políticas" precisam sempre buscar uma forma direta de interação e humanização. Cada vez mais os candidatos precisarão mostrar, através de ideologias e causas, personalidade para estreitar o relacionamento com seus stakeholders. Mas não vale opinar apenas pelo ato de opinar. Que os futuros candidatos aprendam que neste contexto é fundamental uma avaliação profunda para realmente obter resultados positivos.

Alguns fatores e tópicos precisam ser levados em consideração. Por exemplo: Tal discurso faz parte dos valores da minha campanha e da minha história como homem público? Está no DNA? Em outras palavras, é um esforço

genuíno que permite criar uma narrativa verossímil? Afinal, na era da transparência e da responsabilidade, confiança e credibilidade precisam ser conquistadas. A autenticidade, nestes casos, muitas vezes, acaba sendo mais importante que a própria mensagem. Em outras palavras, se todo esforço de algum modo não estiver "linkado" com o diferencial central do político, o esforço é inútil.

Nas últimas eleições houve uma quantidade alarmante de votos nulos e brancos: recado claro que a população está cansada do status-quo. Essa tendência é mundial. As pessoas estão cansadas de políticos profissionais. O atual eleitor quer sintonia com as demandas sociais (corpo a corpo) mas também quer candidatos com identidade forte - história, propostas, arquétipo e autenticidade. Sairá na frente quem tiver um aspecto de liderança forte assim como viabilidade nas propostas e uma história repleta de conexões emocionais.

Sim, a internet é um caminho sem volta mas não adiantará nada querer atuar só nos 45 dias de campanha. É necessário minerar, analisar e entender os dados bem antes. Haverá a influência mais incisiva de um eleitor renovado, cidadão que está ligado 24 horas e que deixou de ser convencido meramente por propaganda eleitoral.

Este eleitor moderno, digital e com uma voz que não possuía, quer ser surpreendido positivamente e cada vez mais deposita interesse em um "portfólio" restrito de políticos com propostas dinâmicas, visionárias e criativas. Eles são impacientes, querem ser entretidos e apreciam a informação segmentada, importando, no final das contas, o que uma outra pessoa da mesma idade e comunidade pensa. Fatores como a possibilidade de customizar a informação, a acessibilidade, a autenticidade, a gratificação instantânea, ou seja, a necessidade imediata de resposta precisam ser considerados.

O neoeleitor enxerga a política e participa politicamente de modos específicos. É com esta especificidade que os políticos e os partidos precisam lidar. É preciso saber perceber sentimentos, sensibilidade e expectativas, estimular a participação e oferecer respostas para as demandas não resolvidas ou não satisfeitas. Mas vale lembrar que a geografia do voto não mudou. Respectivamente: estômago, bolso, coração e cérebro.

A economia continua tendo uma importância sine qua non no processo decisório, assim como é imprescindível o uso da emoção por parte dos candidatos.

(\*) - Estrategista especializado na construção de marcas e reputação e diretor-fundador da Gabriel Rossi Consultoria, com passagens por instituições como Syracuse/Aberje, Madia Marketing School, University of London e Bell School.

## Maioria de senadores contrários à reforma 'não conhece a CLT'

A maioria dos senadores contrários à reforma trabalhista jamais colocou as mãos em um exemplar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), disse durante sessão temática sobre a reforma o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ao dizer que entende a opinião de senadores da oposição, por considerar importante ouvir o contraditório, Ataídes Oliveira criticou a afirmação de que a reforma é "coisa do demônio", feita por alguns parlamentares.

Segundo o senador, o presidente Michel Temer teve a

coragem de enviar as reformas trabalhista e da Previdência para o Congresso, enquanto ex-presidentes, como Fernando Henrique Cardoso, deveriam tê-lo feito, mas não o fizeram. Ele acredita que, após os debates, os parlamentares estarão preparados para votar o texto.

"Alguém tem que me convencer que esta reforma trabalhista, depois de sancionada pelo presidente, não venha gerar mais emprego e uma retomada do emprego no Brasil. Eu não tenho dúvida disto", declarou Ataídes (Ag.Senado).

# Foro privilegiado: Senado pode concluir votação ainda hoje

Na avaliação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, a votação da matéria dependerá apenas de um quórum seguro

A proposta precisa de 49 votos favoráveis para ser aprovada, entre 81 senadores. Para entrar em vigor, depois de aprovado no Senado, o texto ainda terá que passar por dois turnos de votação no plenário da Câmara e ser promulgado.

Se a atual redação da proposta, de autoria do senador Alvaro Dias (PV-PR), for promulgada, as autoridades que hoje têm foro privilegiado passarão a ser processadas e julgadas na primeira instância, como qualquer outro cidadão. Segundo entendimento do STF, elas também poderão ser presas após a condenação em segunda instância. O texto estabelece que as autoridades deverão responder na primeira instância do local onde cometeram o crime comum.

A regra valerá para casos de crimes comuns, aqueles cometidos por qualquer pessoa, como roubo, corrupção, lavagem de dinheiro, homicídio e estupro, previstos no Código Penal. O foro especial para autoridades estaria mantido em casos de crimes de responsabilidade, cometidos em decorrência do exercício do cargo público. De acordo com o relator da



Se a proposta, de autoria do senador Alvaro Dias, for promulgada, as autoridades que hoje têm foro privilegiado passarão a ser processadas e julgadas na primeira instância, como qualquer outro cidadão.

proposta, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), os processos envolvendo deputados e senadores investigados pela Operação Lava Jato poderiam, por exemplo, cair nas mãos do juiz federal Sérgio Moro. Isso porque depois da proposta promulgada, os processos em andamento de autoridades que têm foro privilegiado seriam remetidos à primeira instância.

Entre as críticas que a proposta recebeu durante as discussões está a de que poderia proteger políticos com influência nas primeiras instâncias de seus estados, que poderiam

ter decisões sobre processos protelados.

Segundo levantamento feito pela Consultoria Legislativa do Senado, atualmente cerca de 54 mil pessoas são beneficiadas com prerrogativa de foro especial. No STF, têm direito a essa prerrogativa: presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, ministros do Supremo, juízes de todos os demais tribunais superiores, comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, procurador-geral da República, advogado-geral da União, além de ministros do TCU, senadores e deputados.

Também têm foro privilegiado em caso de crimes comuns, mas no STJ, governadores dos estados e do DF, juízes dos tribunais regionais federais (TRF), dos tribunais regionais do Trabalho (TRT) e dos tribunais regionais eleitorais (TREs), desembargadores dos tribunais de Justiça estaduais, integrantes do Ministério Público da União, dos tribunais de Contas estaduais, municipais e do DF. Outras autoridades, nas esferas federal, estadual e municipal, também têm prerrogativa de foro em outros tribunais superiores (Abr).

## Isenção para equipamentos de captação de água

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou proposta que isenta do IPI, do Imposto sobre Importação (II), da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep a comercialização de equipamentos e serviços destinados à filtragem, tratamento ou reúso de água salobra ou pluvial (da chuva). O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP), para o projeto do deputado Fausto Pinato (PRB-SP) e outros quatro apensados.

Originalmente, o projeto previa apenas isenção de IPI e de II. Ao analisar as propostas, Lauro Filho destacou o propósito em comum de estimular o reúso de águas das chuvas recorrendo a instrumentos econômicos de Política Ambiental. "Até aqui, os órgãos reguladores têm se concentrado em adotar uma abordagem de comando e controle, recorrendo muito pouco a instrumentos econômicos", disse o relator, ao optar por um novo texto para unificar as propostas.

A proposta determina que o Poder Executivo estimará o impacto da renúncia fiscal sobre o orçamento da União. O valor deverá constar no projeto de lei orçamentária apresentado depois da publicação da lei decorrente do PL 377 (Ag.Câmara).

## Eunício prevê conclusão da reforma trabalhista até junho

Antes de presidir a segunda sessão de debates temáticos sobre a reforma trabalhista, ontem (16), o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que fez "tudo aquilo que achava que devia fazer, que era o debate". Ele lembrou que o projeto que trata da reforma, está sendo discutido, além do Plenário, em três comissões: de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

"Nós vamos encerrar o debate e, obviamente, aprovar ou rejeitar nas comissões, trazer para Plenário, aprovar ou rejeitar. Então eu espero que, até o final desse mês, mais tardar na primeira semana do mês de junho, estejamos com essa matéria aprovada", estimou. Eunício destacou que a reforma trabalhista "não prejudica o trabalhador brasileiro", mas "adequa as relações trabalhistas" e atualiza uma legislação que é de 1940, a CLT.



Presidente do Senado, Eunício Oliveira.

O presidente, no entanto, afirmou que não pode prever se o texto será alterado pelos senadores. "Modificações não dependem do presidente, modificações dependem, obviamente, do Plenário e da aprovação ou rejeição da maioria do Plenário. Eu sou sempre um discípulo, alguém que respeita e se curva às decisões majoritárias do Plenário — argumentou.

Eunício contou também que tem recebido o apelo de diversos governadores para

acelerar, no Senado, a votação do projeto que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados. Sua intenção é conversar com os líderes partidários para agilizar a votação da matéria. O projeto foi aprovado pelos deputados e enviado ao Senado na semana passada. Eunício afirmou ainda que está preocupado que a reforma política seja votada até setembro, a tempo de valer para as eleições de 2018 (Ag. Senado).

## Novo pacto federativo após reorganizar Previdência



Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defendeu ontem (16) que, após a votação da reforma da Previdência, a Câmara inicie as discussões sobre o novo pacto federativo e a reforma tributária. Segundo ele, só é possível enfrentar as distorções e os problemas financeiros dos entes federativos após a reorganização do déficit da Previdência.

Maia participou da abertura da 20ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e criticou a concentração de recursos públicos na União em prejuízo dos estados e municípios. "Antes da reforma da Previdência, que organize o estado brasileiro, é impossível

a gente conseguir fazer uma discussão verdadeira sobre o pacto federativo e reforma tributária", afirmou.

"Como se faz uma reforma tributária, por exemplo, se todos têm problemas financeiros hoje? Como vai se constituir um fundo para compensar estados e municípios, se o próprio governo federal tem um déficit que é crescente e uma previdência que será insolvente em curto prazo, se nada for feito?", questionou. Maia defendeu ainda a flexibilização de despesas da União, estados e municípios para que os recursos públicos sejam melhor aplicados em saúde, educação e segurança pública (Ag.Câmara).

**AGENDA DO EMPRESÁRIO®**  
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO

**QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2017**

- Eficiência
- Qualidade
- Confiança

**OSFE**  
CONTRIBUIÇÃO  
35 ANOS  
www.osfe-enc.com.br

**RENDA MENSAL DOS SÓCIOS**  
Condomínio de produtores Rurais (consórcio) possui 03 sócios pessoas físicas. Possuem um CNPJ apenas para registro de empregados nas fazendas. O que pode ser comprovado como renda mensal. Pode haver a retenção do INSS na SEFIP mensal dos sócios? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

**O RECOLHIMENTO DE INSS SOBRE RPA (AUTÔNOMO), SEGURO PAGO RECOLHE 11%?**  
Informamos que a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual será de 11% quando prestar serviços para empresa e 20% quando a prestação de serviço se der para pessoa física. Base Legal – Art.65 da IN RFB nº971/09.

**PAGAMENTO EFETUADO POR DEPÓSITO EM CONTA-CORRENTE**  
Empresa processa os pagamentos via conta corrente por remessa bancária, deve manter os holerites assinados, mesmo tendo os comprovantes dos depósitos? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO MEI**  
O MEI tem direito a auxílio doença e aposentadoria por tempo de contribuição e idade. Para esse auxílio e aposentadoria é necessário o recolhimento complementar de INSS ou basta estar em dia com o DAS da MEI? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

**RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA**  
Na contratação de serviços prestados pelo MEI de Hidráulica, elétrica, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, a empresa tomadora estará obrigada a efetuar a retenção da contribuição previdenciária? Saiba mais acessando a íntegra do conteúdo no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

**50 anos**  
**ORCOSE**  
Contabilidade

Fundador: José SERAFIM Abrantes

11 3531-3233 - www.orcose.com.br

Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP